



Diversidade Humana

A humanidade sempre teve reações variadas pelas diferenças que percebiam entre si e os vários povos com os quais tinham contato. Guerreiros, viajantes, comerciantes e lendas relatavam a seus pares, desde a mais remota antiguidade, as exoticiades dos demais. As reações eram e são variadas: desde o medo e a repulsa, até a curiosidade e o apreço (Mair, 1965; Laraia, 1986; Maggie, 1996).

Aspectos culturais e físicos imediatamente perceptíveis da singularidade dos “outros”, como vestimentas, ornamentos corporais, estatura, cor da pele, cabelos, olhos e língua ressaltavam a singularidade mais aparente. Os “costumes” mais estranhos, porém, sobressaiam aos que tinham a oportunidade de passar um certo tempo maior entre os “estrangeiros” e outras diferenças mais profundas entre os povos só poderiam ser apreendidas por um olhar mais detalhado: historiadores como Heródoto são tidos, por alguns, como os primeiros “antropólogos”, por se preocuparem com a organização das sociedades que descrevia, e não somente com os acontecimentos históricos, buscando, assim, uma razão, uma causalidade para os eventos (Mair, op. cit.).

As explicações sobre a diversidade humana sempre ressaltaram com mais ênfase os aspectos negativos dos “outros”, tendo como parâmetro as características positivas, físicas e culturais, dos povos sob cujo ponto de vista se pensava a diferença. Chega-se até a negar a qualidade de “humano” aos demais povos. Alguns exemplos: entre os povos indígenas brasileiros, a autodesignação, a rigor, enfatiza as qualidades de “seres humanos”, “gente”, “povo de Deus” de cada povo. E, para os demais, restam termos, no mínimo, desagradáveis, como “os agressivos selvagens”, “os comedores de carne de mamíferos ou de cobra” ou outra característica repulsiva. Já nos primeiros séculos da colonização luso-espanhola, o estatuto de “seres com alma” chegou a ser negado aos habitantes tradicionais das Américas, sendo objeto de discussões acirradas no âmbito da Igreja Católica.

A essa atitude, a antropologia chama de “etnocentrismo”, uma atitude generalizada entre as sociedades humanas de valorizarem ao máximo como as melhores, as mais corretas, suas formas de viver, agir, sentir e pensar coletivamente.

Outros exemplos demonstram atitudes mais positivas em relação à alteridade, como na Primeira Carta ao Rei de Portugal, em que Caminha descreveu os “índios” como alegres e inocentes como crianças, sem notarem que estavam expondo suas “vergonhas”. Rousseau, um crítico da sociedade europeia, cunhou a ideia do “bom selvagem” e as cortes europeias deleitavam-se com a exotividade animal e humana do “Novo Mundo”.

Segundo Maggie (op. cit.: 226), foi a partir do século XVI, com a expansão colonial europeia, que caracteres como a cor da pele e outros traços físicos dos povos encontrados por exploradores passaram a ser um aspecto privilegiado no imaginário europeu, como marcador das diferenças entre os povos. A autora cita Camões, em Os Lusíadas, que, ao descrever um encontro com um habitante da África, disse acerca daquela parte do mundo:

**“Onde jazem os povos a quem nega
O filho de Clymenes a cor do dia”.
e ainda, mais adiante:
“hum estranho...de pelle preta”**

A partir dessa época, igualmente, o pensamento europeu começou a desenvolver uma forma específica de classificar e pensar “as coisas do mundo”. A ânsia pelo saber, separando-se da Religião e da Filosofia, tornara-se Ciência, buscando dar conta de um novo mundo de proporções multicontinentais. Os critérios da observação sistemática e da classificação em hierarquias racionais foram aplicados às novas formas de vida (vegetal, animal e humanas) que passaram a conhecer.

A escravização dos povos indígenas sul-americanos e africanos trouxe contradições políticas e morais no pensamento colonial e os critérios de classificação das diversidades vegetais e animais foram tomados como critérios principais de demarcação das diferenças humanas. Segundo Maggie (op.cit.: 225-226), “as diferenças são a própria matéria do pensamento, desde a passagem da natureza à cultura, mas foi nesse encontro entre povos distantes que se levou a troca simbólica a níveis tão intensos.”



A noção de Raça e sua associação de características biológicas, comportamentais e sociais foi, neste longo período que se estendeu até o século XX, a expressão científica do racismo colonial luso-espanhol. Na cultura luso-hispânica, esse movimento teve desdobramentos importantes que incluíram, como no Brasil, a política de incentivo a aos movimentos migratórios – desde a importação escravagista da África até as tentativas de “branqueamento” do povo brasileiro (Seyferth, 1996), no século XIX – e influenciaram os estudos raciais acadêmicos até meados do século XX.

Darwin e sua obra “A origem das espécies” foi um importante marco da revolução metodológica que expressava uma “síntese revolucionária” na ciência classificatória naturalista das espécies. Sua teoria da evolução biológica das espécies introduziu uma visão dinâmica que desvinculou das ciências classificatórias naturais das explicações da origem “inata” das diferenças entre as espécies. Não obstante, desde meados do século XIX até meados do século XX, nos debates científicos sobre Raça, este pensamento dinâmico não se havia consolidado. Segundo Ventura dos Santos (1996:125-127), a obra de Darwin e de outros, com modelos evolucionistas, levaram um longo tempo para se consolidarem nas Ciências Antropológicas que se baseavam na construção de categorias como “tipos raciais” e “raças”.

Somente pouco antes da metade do século XX, quando autores como Franz Boas (1940) e Stocking (1968) levantaram as influências das condições ambientais na constituição das diversidades humanas, o que Santos chama de “segunda revolução darwinista” na Antropologia “Física” (biológica) se consolidou. O conceito de raça, nas ciências antropológicas, foi substituído então pela categoria “população” (cf. Ventura dos Santos, op.cit.:125-129), construída a partir de critérios estatísticos e genéticos, cuja ênfase estava mais em seus aspectos dinâmicos, e na separação, por inspiração da biologia experimental, estes critérios dos extra biológicos (socioculturais).

O clima do pós-guerra europeu, em fins da década de 40 e na dos 50, trouxe reações radicalmente contrárias aos fundamentos da eugenia levada ao extremo pela política nazista. Essa transição foi significativamente marcada na Assembleia da UNESCO (United Nations Educational and Scientific Organization) de 1949 (cf. Ventura dos Santos, op. cit.:129-132). Nessa Assembleia, Boas e alguns antropólogos, como Lévi-Strauss (Raça e História), foram convidados a participar e exerceram influência no relatório final, contrária à ênfase na diversidade racial como explicativa de fenômenos socioculturais e ambientais. A negação da diversidade biológica e sua influência em certas características individuais dos grupos humanos levou a uma reação de geneticistas, biólogos e antropólogos físicos, que tiveram a oportunidade de participar de outra reunião, cuja conclusão não foi, segundo Ventura dos Santos, muito diferente da anterior, embora resguardasse um espaço para se pensar a diversidade biológica humana.

Cibele Verani, NESPISI/ENSP/Fiocruz
<http://www.ghente.org/ciencia/diversidade/index.htm>